

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

A RECESSÃO ECONÔMICA DE 2015 E SEUS IMPACTOS NOS REQUERIMENTOS DE SEGURO DESEMPREGO NO BRASIL

Fábio Bruno da Silva

Especialista em Controladoria e Finanças. Técnico Administrativo da Universidade Federal de São João del Rei e professor no Centro de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). Mestrando em Administração Pública pelo Programa de Mestrado Profissional PROFIAP da Universidade Federal de São João del Rei. Telefone (32) 98824-4846. E-mail: fabiobruno2005@yahoo.com.br

Caroline Miriã Fontes Martins

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del Rei. Telefone (32) 3379-2355. E-mail: carolfontes@ufsj.edu.br

Vânia Aparecida Rezende

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João del Rei. Telefone (32) 3379-2355. E-mail: vaniarezende@ufsj.edu.br

RESUMO

As políticas públicas podem ser consideradas o instrumento por meio do qual as questões sociais passam a ser vistas como problemas que requerem algum tipo de solução e entram para a agenda dos governos. Por sua vez as políticas de emprego e renda exercem uma importante função social ao possibilitarem aos trabalhadores mecanismos de assistência financeira, qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra no intuito de reinseri-los no mercado de trabalho. Neste sentido o presente artigo tem como objetivo principal verificar se a redução de empregos formais, provocada pela crise política e econômica vivenciada no Brasil a partir de 2015, causou impactos no número de requerimentos para o seguro desemprego.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Emprego e Renda, Seguro Desemprego

ABSTRACT

Public policies can be organized according to the type of solution and context for a government agenda. On the other hand, employment and exercise policies can play an important role in the selection process of job opportunities, such as professional practice and the intermediation of the workforce, there is no need to reinsert them into the labor market. Click here to get the main job, check for employment, there are a number of requirements for unemployment insurance.

Keywords: Public Policies, Employment and Income, Unemployment Insurance

1 INTRODUÇÃO

O Estado é o principal responsável pelo provimento de bens e serviços à população no intuito de atender suas necessidades básicas e secundárias. Porém, como as demandas sociais são diversas e complexas, torna-se necessário a seleção de quais problemas existentes na sociedade receberão maior atenção em detrimento de outros. Neste sentido, as políticas públicas podem ser consideradas o instrumento por meio do qual as questões sociais passam a ser vistas como problemas que requerem algum tipo de solução e entram para a agenda dos governos.

Para que os governantes tenham condições de estabelecer as prioridades e, principalmente, quais ações devem ser desenvolvidas na resolução dos problemas sociais, torna-se necessário a segregação das políticas públicas em áreas de atuação como saúde, segurança, educação, emprego e renda, dentre outras, para que os esforços empreendidos atinjam com maior eficácia seus objetivos.

Neste contexto, as políticas de emprego e renda exercem uma importante função social ao possibilitarem aos trabalhadores mecanismos de assistência financeira, qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra no intuito de reinseri-los no mercado de trabalho.

Dentre as políticas de emprego e renda existentes em nosso país sabe-se que o seguro desemprego exerce uma importante função ao conceder benefícios financeiros temporários aos trabalhadores dispensados sem justa causa, além de buscar a reinserção destes no mercado formal de trabalho por meio de ações que visam a qualificação profissional. Neste contexto surge o seguinte questionamento: A redução de empregos formais, ocorrida com a crise política e econômica vivenciada no Brasil a partir de 2015, provocou impactos no número de beneficiados pelo seguro desemprego?

Neste diapasão o presente artigo tem como objetivo principal verificar se a redução de empregos formais, provocada pela crise política e econômica vivenciada no Brasil a partir de 2015, causou impactos no número de requerimentos para o seguro desemprego.

Segundo Souza (2002), o Brasil sempre teve problemas com o mercado de trabalho, mesmo antes da crise mundial de emprego, aprofundada com a globalização da economia e com as mudanças tecnológicas, devido aos atrasos sociais inerentes à precariedade das relações de trabalho, baixos índices de escolaridade dos trabalhadores, deficiências no sistema de proteção social, dentre outros. Tais fatores foram os que mais comprometeram o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Neste sentido torna-se explícita a necessidade de estudos que possam contribuir para a identificação do grau de importância das políticas públicas de emprego e renda atualmente praticadas em nosso país, por meio do levantamento do volume de trabalhadores que estão sendo atendidos por tais políticas, bem como do nível de desemprego, para que se verifique a necessidade da ampliação de ações que favoreçam a geração de emprego e renda, dadas as fragilidades já identificadas em nosso país relacionadas à questão de políticas voltadas para o atender os trabalhadores.

A metodologia utilizada se baseia em uma abordagem qualitativa com aporte quantitativo e o levantamento de dados foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica. Como técnica complementar de obtenção de dados foi utilizada a pesquisa documental. Os dados foram coletados diretamente pelos pesquisadores, por meio de fontes secundárias públicas, disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva e o tratamento dos dados objetivou confrontar as informações obtidas no site do Ministério do Trabalho no intuito de se comparar o nível de desemprego com as solicitações de seguro desemprego realizadas durante a crise econômica e política vivida pelo Brasil a partir de ano de 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico trazido no estudo está dividido basicamente em três momentos. Inicialmente será feita uma contextualização acerca da políticas públicas em um contexto geral, num segundo momento tratar-se-á das políticas públicas de geração de emprego e renda e por fim será abordado o seguro desemprego, que é uma das políticas de emprego e renda existentes no Brasil.

2.1 Políticas Públicas: uma breve contextualização

Conforme Souza (2006), as políticas públicas têm sua origem nos Estados Unidos a partir do momento em que as ações dos governos passam a ser estudadas cientificamente e por pesquisadores independentes. O referido autor ainda afirma que os quatro grandes estudiosos sobre o tema são: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Segundo Souza (2006), são várias as definições possíveis e Dye (1984) *apud* Souza (2006, p. 24) sintetiza o conceito ao afirmar que política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Assim sendo, pode-se inferir que as escolhas do governo relacionadas com quais ações serão

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

tomadas para atender aos anseios sociais se traduzem nas políticas públicas e, cabe ressaltar, que a escolha de uma linha de ação em determinada área da vida social acaba por prejudicar o atendimento a outras áreas. Diante da infinidade de demandas é necessário que os governantes selecionem as prioridades e as transformem em políticas públicas.

Souza (2006), por sua vez, define políticas públicas como

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Neste contexto, o ponto central a ser debatido gira em torno de como se fazer uma questão específica transformar-se em elemento da agenda do governo. Segundo Frey (2000, p.227) no que tange à percepção e definição de problemas uma maior atenção deve ser dada pelo analista de políticas públicas na seguinte questão: “como um número infinito de possíveis campos de ação política, alguns problemas de política, vêm se mostrando apropriados para um tratamento político e conseqüentemente acabam gerando um ciclo de políticas.”

De acordo com Capella (2006), dois modelos foram desenvolvidos com o objetivo de explicar como ocorre o processo de formulação das agendas governamentais, ou seja, quais fatores são determinantes para que um assunto específico se torne ponto de intervenção do governo por meio de políticas públicas. O primeiro modelo é conhecido como Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*) criado por John Kingdon (2003). Segundo Capella (2006) neste modelo a intenção principal era compreender porque determinados problemas se tornam importantes para um governo.

O modelo desenvolvido por Kingdon se baseou em estudos empíricos por meio de entrevistas com funcionários públicos do alto escalão do governo federal norte americano. Neste sentido o autor tenta explicar como uma questão passa a ser considerada tema central dentro da agenda de um governo, partindo do pressuposto que o volume de questões sociais a serem resolvidas é muito grande e que os governos não conseguem absolver tudo que lhe é solicitado pela sociedade. Com isso várias questões são deixadas de lado pelos formuladores de políticas públicas enquanto outras passam a fazer parte da agenda dos governos (CAPELLA, 2006).

Capella (2006) afirma que Kingdon, no intuito de compreender como algumas questões passam efetivamente a serem consideradas pelos governos, estabelece uma abordagem baseada em três fluxos: problemas; soluções ou alternativas e política.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Primeiramente deve se analisar como uma questão existente na sociedade passa a ser percebida como um problema, pois conforme abordado anteriormente, parte desses problemas farão parte da agenda do governo e outros serão ignorados. O autor também traz uma diferenciação entre questões e problemas e afirma que as questões só irão se transformar em problemas a partir do momento em que chamarem a atenção dos envolvidos em um processo de tomada de decisão (CAPELLA, 2006).

Em segundo lugar tem-se o fluxo das alternativas e soluções, e Kingdon entende que as soluções e alternativas não se correlacionam diretamente com um problema, ou seja, os problemas não surgem com uma solução prevista para solucioná-los. Na realidade as alternativas e soluções são ideias pensadas sob vários aspectos e verifica-se a possibilidade ou não de aplicá-las em determinados problemas. Os responsáveis por gerar as alternativas são os acadêmicos, funcionários públicos, analistas de grupos de interesse, dentre outros. Com isso as ideias são pensadas pelos especialistas e posteriormente difundidas por meio de argumentação no intuito de atrair um número cada vez maior de adeptos e se sobressair em relação a outras ideias, imitando um processo de seleção natural, em que as melhores e, principalmente, mais difundidas e aceitas, sobreviverão (CAPELLA, 2006).

Por fim, tem-se o terceiro fluxo que envolve a política em si. Neste fluxo o que mais se destaca são as coalizões e o jogo de negociação. Kingdon aponta três elementos que exercem influência na definição das políticas públicas. O primeiro deles é o “clima” nacional, que se relaciona com o compartilhamento das mesmas questões por um conjunto de pessoas. Pode-se depreender que esse elemento está diretamente ligado ao apoio da sociedade a determinadas questões que o governo também entende que precisam de atenção. O segundo elemento se refere às “forças políticas organizadas”, ou seja, o apoio ou oposição política, os grupos de pressão, que podem ou não gerar conflitos na definição de propostas. Já o terceiro elemento são as mudanças ocorridas dentro do próprio governo, como por exemplo, mudanças em cargos e na composição do Congresso Nacional. Tais mudanças podem provocar alterações na agenda incluindo novos elementos ou retirando outros já existentes, tendo em vista, a percepção que estes novos agentes trazem consigo (CAPELLA, 2006).

Em suma, o modelo apresentado por Kingdon pode ser sinteticamente entendido segundo Capella (2006) da seguinte forma

Em determinadas circunstâncias, estes três fluxos – problemas, soluções e dinâmica política – são reunidos, gerando uma oportunidade de mudança na agenda. Neste momento, um

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência entre os três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda (CAPELLA, 2006, p. 30).

O segundo modelo apresentado por Capella (2006) foi desenvolvido por Baumgartner e Jones (1993) e é conhecido como modelo do equilíbrio pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*). Neste modelo a principal intenção foi analisar os períodos de estabilidade e também aqueles em que mudanças rápidas ocorrem no processo que envolve a formulação das políticas públicas.

Souza (2006) corrobora, ao afirmar que o modelo do “equilíbrio interrompido” caracteriza a política pública por longos períodos de estabilidade, que são interrompidos por momentos de instabilidade que irão provocar mudanças nas políticas anteriormente estabelecidas.

Segundo Capella (2006), o modelo de Baumgartner e Jones teve seu início a partir da análise do processo político norte americano e traz como elemento importante a ser considerado na definição da agenda governamental a questão das estruturas institucionais.

O modelo proposto por Baumgartner e Jones considera a limitação da racionalidade do indivíduo, que o impede de lidar com as várias questões políticas que lhe são atribuídas. Diante desse fator limitante, os governos então delegam autoridade para agentes do governo, por meio de subsistemas políticos. Com isso passam a existir os subsistemas que atuam de forma paralela ao macrossistema (representado pelos líderes governamentais) (CAPELLA, 2006).

Capella (2006, p. 40) ainda afirma que “quando um subsistema é dominado por um único interesse, os autores o caracterizam como monopólio de políticas (*policy monopoly*), no qual os participantes do processo decisório compartilham as ideias sobre uma determinada questão”. Nesta linha de raciocínio a referida autora argumenta que duas características são fundamentais para definir os monopólios: a estrutura institucional, que permite ou não o acesso ao processo decisório e “uma idéia fortemente associada com a instituição e com os valores políticos da comunidade”.

Nesta seara, os subsistemas se caracterizam por mudanças lentas, o que se configura uma situação de equilíbrio, que se reforça pela constituição de monopólios de políticas. Portanto as decisões nos subsistemas ocorrem a partir de um número pequeno de participantes e que possuem, geralmente, um mesmo entendimento sobre a questão. Porém em determinados momentos, entendidos como “críticos”, o equilíbrio é marcado por períodos de mudança rápida. Tal fato ocorre quando uma questão transcende os limites do subsistema chegando ao macrossistema político (CAPELLA, 2006).

Diante do exposto, Capella (2006) sintetiza a ideia proposta pelo modelo de Baumgartner e Jones

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Quando uma questão ascende ao macrossistema, o subsistema, por sua vez, torna-se propenso à mudança, já que a atenção dos líderes governamentais e do público pode levar à introdução de novas idéias e de novos atores naquele subsistema. Além disso, os “momentos críticos” podem estabelecer novas *policy images* e reorganizações institucionais (novas *policy venues*) que reestruturam o subsistema. Essas novas idéias e instituições tendem a permanecer no tempo (*policy legacy*), criando um novo estado de equilíbrio no subsistema que, após um período, tende a voltar à estabilidade (CAPELLA, 2006, p. 42).

Além dos modelos apresentados por Capella (2006), outros modelos para formulação e análise de políticas públicas também são apresentados por Souza (2006). Souza (2006) cita em sua análise novas ferramentas que podem ser utilizadas no intuito de se compreender como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que irá modificar a vida da população. Dentre os novos instrumentos de análise apontados por Souza (2006) podemos citar alguns deles: a) o tipo de política pública: cada tipo de política pública encontrará diferentes formas de apoio ou rejeição e as disputas para se chegar a uma decisão passa por diferentes arenas políticas; b) *Garbage Can* ou “lata de lixo”: as escolhas públicas ocorrem como se as possibilidades de ações estivessem em uma “lata de lixo”, ou seja, excesso de problemas e poucas soluções; c) Arenas Sociais: visualiza a política pública como uma iniciativa dos empreendedores políticos, ou seja, para que determinada questão se torne um problema é necessário o convencimento das pessoas de que algo precisa ser feito.; d) Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal: A eficiência passou a ser considerada elemento principal das políticas públicas e sua formulação deve levar em conta tal aspecto.

Diante de tantos modelos de formulação e análise de políticas públicas apontados pelos diversos autores é oportuno destacar a fala de Souza (2006) ao desenvolver uma síntese dos elementos principais desses modelos

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Após abordar os conceitos de políticas públicas, bem como as ferramentas que podem ser utilizadas para se compreender o processo de formulação e análise de tais políticas, serão apontados alguns dos aspectos das políticas públicas no Brasil. Conforme Frey (2000) no que diz respeito à

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

análise de políticas públicas os países em desenvolvimento carecem de adaptações em relação ao instrumento analítico-conceitual, considerando que as ferramentas de análise se desenvolveram em países industrializados com democracias mais consolidadas.

Frey (2000) também ressalta a influência que as instituições exercem no comportamento dos indivíduos e nas suas escolhas

[...] os atores políticos e sociais agem não somente de acordo com os seus interesses pessoais. Também as suas identidades, ora enquanto cidadão, político, servidor público, ora enquanto engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família, influenciam o seu comportamento nos processos de decisão política. Regras, deveres, direitos e papéis institucionalizados influenciam o ator político nas suas decisões e na sua busca por estratégias apropriadas (FREY, 2000, p. 233).

As políticas públicas no Brasil são influenciadas pelos arranjos institucionais e apresentam dificuldades de análises devido a problemas peculiares. Frey (2000) descreve quatro elementos que provocam dificuldades de análise no âmbito municipal: a) existem poucos estudos científicos e não se conhece com maior exatidão os processos políticos de decisão e planejamento; b) alto grau de autonomia vivenciado pelos municípios brasileiros nos aspectos financeiros, administrativos e políticos; c) modificações em relação às forças políticas atuantes nas arenas decisórias com o surgimento de novos atores políticos, como por exemplo, movimentos sociais e associações que vêm ganhando maior representatividade em detrimento de outros atores que perdem sua margem de ação e d) a falta de determinação político-ideológica tanto dos eleitores, como também dos políticos e de seus partidos, ou seja, o carisma do candidato é mais importante do que a orientação programática de seu partido. A população se preocupa mais com a relação pessoal com seu candidato do que com suas orientações ideológicas e seus programas de governo.

Assim sendo, Frey (2000) conclui que

Essas reviravoltas políticas radicais, tão comuns na política brasileira, em geral, dizem respeito não apenas à definição das prioridades técnicas e materiais, mas frequentemente também às formas de cooperação e de participação como também à maneira de colaboração e de regulação de conflitos entre executivo, legislativo e sociedade civil. Contudo, a multiplicidade, volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais, dos processos políticos e dos posicionamentos e atitudes ideológicos, enfim, essa “fluidez generalizada” dificulta chegar a afirmações de caráter teórico com um maior grau de generalização (FREY, 2000, p. 246).

Nesta mesma linha de raciocínio, que abarca as dificuldades de análise e implementação de políticas públicas, Abrucio (2007) desenvolveu um estudo que aponta um balanço sobre a trajetória da gestão pública brasileira e a necessidade da renovação da agenda de reformas.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Abrucio (2007) nos permite compreender a importância da agenda governamental e seu grau de influência sobre a vida da população e da própria administração pública. Após a redemocratização Abrucio (2007) relata três conjuntos de mudanças no Estado brasileiro que alteraram sua estrutura político-administrativa: a democratização do Estado; a descentralização e a reforma do serviço civil, que promoveram ganhos à administração pública brasileira, porém seus objetivos não se concretizaram por completo. Neste sentido elementos que haviam sido criados no intuito de profissionalizar o Estado e seus servidores, na verdade promoveu o aumento do corporativismo estatal.

Abrucio (2007) propõe então uma agenda de reformas baseada em quatro eixos:

a) profissionalização da burocracia por meio da redução de cargos em comissão, da profissionalização do alto escalão do governo, redefinição de carreiras estratégicas e maior investimento na capacitação dos servidores públicos;

b) eficiência com mudança na lógica do orçamento e um alinhamento entre o planejamento mais geral e a execução anual. Aliado a isso deve-se reduzir a liberdade que o Executivo tem para executar gastos e tornar o orçamento aprovado impositivo e não autorizativo. Outro elemento que pode auxiliar na eficiência é a utilização do potencial existente no governo eletrônico;

c) Efetividade é um eixo fundamental ao permitir ao governo uma visão de longo prazo das políticas públicas e se avaliar o desempenho por meio dos resultados efetivos disponibilizados aos cidadãos.

d) Transparência e responsabilização do poder público que permitirá maior controle social das ações do governo por meio da divulgação de informações sobre a gestão e da participação dos vários atores sociais no processo de elaboração da agenda governamental.

Retomando o que foi dito anteriormente sobre a formulação das políticas públicas, pode-se inferir que as proposições de Abrucio (2007), no que se refere à criação de uma agenda de reformas é totalmente pertinente para que se busque melhores resultados na gestão pública brasileira, porém sabe-se que tornar essas questões como fundamentais para os decisores governamentais é que, talvez, seja o grande desafio.

Em suma, conclui-se que as políticas públicas podem ser consideradas o grande motor que permite com que ações concretas promovam mudanças na vida dos cidadãos, porém a complexidade e o volume das demandas sociais dificultam o atendimento a todos os problemas que surgem na sociedade e a definição das prioridades envolve um conjunto de fatores, dos mais variados possíveis, como poder, política, instituições, grupos de pressão, dentre outros, que se

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

entrelaçam em um jogo que tem como principal finalidade colocar aos olhos dos decisores qual problema deverá ser tratado por meio da formulação, implementação e execução de determinada política pública.

2.1.1 Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda

A partir da necessidade de atendimento a uma demanda diversificada da população por bens e serviços públicos o governo utiliza-se das políticas setoriais para conseguir se organizar e atender aos anseios da coletividade. Conforme aponta Souza (2002 p. 48) “As políticas públicas setoriais surgem da necessidade do atendimento das demandas sociais da população carente em áreas conhecidas como estratégicas: saúde, educação, segurança pública, etc.” Ainda de acordo com Souza (2002) a constituição de 1988 bem como os processos políticos e sociais ocorridos nos anos 90 foram impulsionadores de uma nova agenda de políticas públicas.

Conforme Santos (2010), historicamente o mercado de trabalho passou por transformações que impulsionaram mudanças, como por exemplo, a elevação da competitividade, que por sua vez provocou nos indivíduos a necessidade de lutar para manter seus empregos, tendo em vista que existia um número cada vez mais elevado de trabalhadores em busca de postos formais de trabalho, que não eram suficientes para suprir a mão-de-obra disponível.

Além da questão da competitividade, a globalização dos mercados e a evolução técnico-científica também provocaram mudanças significativas no mercado de trabalho e impulsionaram a necessidade de se pensar em políticas públicas que amparassem a população diante do quadro de desemprego que se despontou. Os novos meios de produção, bem como o desenvolvimento tecnológico criaram no mercado a exigência por profissionais mais capacitados e qualificados. Consequentemente tal fato foi responsável por gerar um maior número de pessoas sem emprego, dadas às suas fragilidades sob a ótica da qualificação profissional (SOUZA, 2002).

Mattoso (1999) corrobora com este entendimento ao afirmar que

A “empregabilidade” passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder” (MATTOSO, 1999, p. 20).

Diante dessa evolução vivida no mercado de trabalho, as relações de emprego não são mais tratadas apenas pelos empregadores e trabalhadores e, com isso, o governo passa a ter uma função no sentido pensar políticas públicas que sejam capazes de resolver a questão do desemprego bem como das consequências decorrentes de sua existência. É a partir daí que surgem as políticas públicas de trabalho, emprego e renda (SANTOS, 2010).

Assim sendo podemos inferir que as políticas de emprego e renda podem ser entendidas como ações do governo no intuito de atuar sobre a oferta de trabalho com objetivo de manter a estabilidade da população no que se refere à existência de empregos para a consequente geração de renda.

Em termos conceituais sobre política de emprego, Ramos (2003) afirma que

[...] seguindo um certo consenso na literatura internacional sobre o tema, vamos entender como Políticas de Emprego aquele conjunto de medidas que atua sobre a oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando seu bem-estar, ou sobre o nível de emprego alterando a demanda de forma direta (criação de empregos públicos, por exemplo) ou indireta (formação profissional) (RAMOS, 2003, p. 15).

Autores como Ramos (2003) e Oliveira (2009) afirmam que as políticas de emprego podem ser visualizadas sob vários aspectos e o termo é considerado abrangente, podendo se incluir desde ações macroeconômicas de elevação dos níveis de emprego e integradas às políticas sociais, ou podem ser tratadas independentemente restringindo-se à ações nas áreas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional.

Ramos (2003) faz ainda uma classificação das políticas de emprego em políticas ativas e passivas e afirma que

As Políticas de Emprego denominadas de passivas englobam aquelas ações que tendem a tornar mais “tolerável” a condição de desempregado (mediante uma transferência monetária a todo trabalhador desempregado, por exemplo) ou a reduzir a oferta de trabalho (mediante a aposentadoria precoce, dentre outras) (RAMOS, 2003, p. 15).

Dentre as políticas passivas citadas por Ramos (2003) podemos destacar: a) seguro-desemprego; b) Extensão dos ciclos escolares; c) Aposentadoria precoce e d) Expulsão dos imigrantes.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Já as políticas ativas são aquelas que tem o intuito de elevar o nível de emprego por meio de ações que irão agir no contingente de trabalhadores lhes dando condições de entrar ou se manter no mercado de trabalho (RAMOS, 2003).

Ramos (2003) cita as seguintes políticas ativas: a) Formação profissional; b) intermediação de mão-de-obra; c) Apoio aos micro e pequenos empreendimentos; d) Subsídios à contratação de uma determinada população alvo e e) Criação direta de empregos pelo setor público.

No Brasil Souza (2002, p. 56) enfatiza “que no conjunto das políticas públicas de emprego existente hoje no Brasil, podemos citar quatro eixos básicos: (1) o seguro-desemprego; (2) a intermediação da mão-de-obra, (3) a qualificação profissional; e (4) os programas de geração de emprego e renda”.

Dentre as políticas públicas de emprego existentes em nosso país, o seguro-desemprego é de extrema importância para aqueles trabalhadores que perderam seus empregos e não conseguem a reinserção no mercado de trabalho com rapidez e, conseqüentemente, dependem da ação governamental para satisfazerem suas necessidades básicas de subsistência.

Diante de seu grau de relevância cabe-nos abordá-lo no tópico a seguir para melhor compreensão dos principais elementos que englobam esta política de emprego praticada em nosso país.

2.1.1.1 Seguro Desemprego

O seguro desemprego é uma das principais políticas de emprego adotada tanto no Brasil como também em países com elevado grau de desenvolvimento econômico. Segundo Santos (2010)

Classificado como mais importante em termos de recursos, tanto no Brasil, como nos países de maior destaque econômico, os benefícios financeiros aos assalariados desempregados são os que monopolizam a maior parte dos recursos destinados às Políticas de Emprego. Em países como a Finlândia ou a Holanda, por exemplo, as transferências aos trabalhadores desempregados chegam a superar 3% do PIB (SANTOS, 2010, p. 162).

Considerando o contexto histórico de bem estar social, o seguro desemprego foi um dos mecanismos utilizados por países desenvolvidos para correção nas falhas do mercado pós segunda guerra mundial. Sua abrangência é significativa e atinge a maior parte da população de baixa renda e se constitui em uma das principais políticas de emprego e renda do governo brasileiro (SOUZA, 2002; MOURÃO, ALMEIDA E AMARAL, 2013).

Teixeira et al (2012) acrescentam que a referida política de emprego e renda foi criada no Brasil em 1986 e após constituição de 1988 passou a ser um dos direitos constitucionais. Sendo que só a partir de 1990 suas fontes de financiamento foram melhores direcionadas com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em termos conceituais o seguro desemprego pode ser definido, segundo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2018) como “[...] um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente.

Ainda de acordo com MTE (2018), após a constituição de 1988 o seguro desemprego ganha uma nova função, pois além de prover assistência financeira aos trabalhadores desempregados, decorrente de dispensa sem justa causa, o programa passa a ter objetivo de auxiliar o trabalhador na busca de novo emprego, e para isso, deve promover ações de orientação, qualificação e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Neste contexto, pode-se inferir que em nosso país o seguro desemprego é, efetivamente, uma das principais políticas de emprego e renda, que atinge a grande parte dos trabalhadores, lhes permitindo condições de sobrevivência em situações temporárias de desemprego. Neste sentido Souza (2002, p. 56) complementa ao dizer que através desta política “o trabalhador passa a ser mais e melhor atendido tanto pelo estado como pela sociedade, até a sua reinserção no mercado de trabalho”.

Para que o trabalhador possa ser beneficiado pelo seguro desemprego é necessário que alguns requisitos sejam atendidos, a Tabela 1 apresenta quais são as exigências para que o benefício possa ser requerido.

TABELA 1 – Exigências para requerer o seguro desemprego

Solicitação	Exigências	Número de Parcelas
Primeira	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência.	Quatro
	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência.	Cinco
Segunda	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 9 (nove) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência.	Três
	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência.	Quatro

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência.	Cinco
Terceira	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 6 (seis) meses e, no máximo, 11 (onze) meses, no período de referência.	Três
	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 23 (vinte e três) meses, no período de referência.	Quatro
	Trabalhador deve comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, no período de referência.	Cinco

Fonte: MTE (2018)

Nota: Informações consonantes com a Lei 13.134/15

Além das exigências apresentadas na Tabela 1 o valor a ser recebido pelo trabalhador, em cada uma das parcelas, também segue uma rotina de cálculo predeterminada, conforme Tabela 2.

TABELA 2 – Cálculo do Valor das Parcelas do Seguro Desemprego 2018

Faixa de Salário Médio	Valor da Parcela
Até R\$ 1.480,25	Multiplica-se o salário médio por 0.8 (80%).
De R\$ 1.480,26 até R\$ 2.467,33	O que exceder a R\$ 1.480,25 multiplica-se por 0.5 (50%) e soma-se a R\$ 1.184,20.
Acima de R\$ 2.467,33	O valor da parcela será de R\$ 1.677,74 invariavelmente.

Fonte: MTE (2018)

Nota: O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo vigente (R\$ 954,00).

Conforme os valores apresentados na Tabela 2, pode-se depreender a capacidade desta política de emprego e renda em beneficiar trabalhadores em diferentes faixas salariais e principalmente aqueles que possuem baixa renda.

Diante do exposto, o seguro desemprego é, notadamente, um dos instrumentos que o governo utiliza, em termos de políticas públicas, para dar temporariamente assistência financeira

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

aos desempregados e ao mesmo tempo, buscar alternativas para que o trabalhador retorne ao mercado de trabalho.

Porém, percebe-se que no Brasil, apesar de existirem significativas políticas voltadas ao emprego e renda, ainda há um número considerável de desempregados. Conforme afirma Santos (2010)

Percebe-se, no entanto, que mesmo o Brasil possuindo um extenso leque de políticas voltadas à geração de emprego e renda, as quais em sua essência não deixam nada a desejar para os países de que possuem referência reconhecida mundialmente na execução das mesmas, como Suíça, França, Estados Unidos e Inglaterra, o grande desafio a ser vencido pelo sistema público de emprego brasileiro e mundial é a fragmentação e a desarticulação entre as ações, fatores responsáveis pela redução da efetividade das políticas públicas disponíveis ao trabalhador (SANTOS, 2010, p. 164).

Além da fragmentação e desarticulação entre as ações citadas por Santos (2010), que são responsáveis pela diminuição da efetividade das políticas públicas de emprego e renda, há momentos de recessão econômica e financeira, que afetaram nosso país e promoveram aumento nos índices de desemprego. Conforme Pochmann (2015) a grande diferença na evolução entre a oferta e demanda de mão-de-obra demonstra o crescimento do desemprego no Brasil que veio associada à crise da economia mundial.

Ou seja, a crise recente aumentou o número de desempregados, que conseqüentemente visualizam no seguro desemprego um mecanismo de subsistência, bem como a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. E, neste contexto, reforça a importância das políticas de emprego e renda e, conseqüentemente o seguro desemprego, como um recurso temporário, mas eficaz, na tentativa de minimizar os efeitos do desemprego no dia a dia das famílias brasileiras.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Marconi e Lakatos (2014) afirmam que “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. O estudo teve a intenção de verificar se a redução de empregos formais, provocada pela crise política e econômica vivenciada no Brasil a partir de 2015, causou impactos no número de requerimentos para o seguro desemprego.

Quanto aos objetivos a presente pesquisa se caracteriza como descritiva que, segundo Triviños (1987), se caracteriza por exigir do pesquisador um conjunto de informações sobre o que se deseja pesquisar e tem o intuito de descrever fatos e fenômenos de determinada realidade.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

A abordagem utilizada denomina-se pesquisa qualitativa, com aporte quantitativo. Godoy (1995) destaca que as abordagens qualitativas e quantitativas são caracterizadas pelo esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações e para a ampliação do conhecimento existente elas se diferem nos caminhos seguidos para esta busca.

O levantamento de dados foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica que, segundo Cervo & Bervian (1996), procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, visando levantar referencial teórico-metodológico que propicie o exame crítico do tema sob vários aspectos e permita chegar a conclusões a fim de comprovar as hipóteses levantadas. Marconi e Lakatos (2014, p. 43) reforçam o conceito sobre pesquisa bibliográfica ao apontar que:

[...] trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas, ou manipulação de suas informações.

Como técnica complementar de obtenção de dados foi utilizada a pesquisa documental, a qual, segundo Pádua (1997) define-se como:

[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (PÁDUA, 1997, p. 62).

Os dados foram coletados diretamente pelos pesquisadores, por meio de fontes secundárias públicas, disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego. Gil (2008, p. 150) corrobora com o entendimento e aduz que “[...] podem ser úteis para a pesquisa social os registros escritos fornecidos por instituições governamentais”.

Para análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva que segundo Favero (2009) possibilita ao pesquisador a utilização de tabelas, gráficos e medidas-resumo para melhor compreensão dos dados.

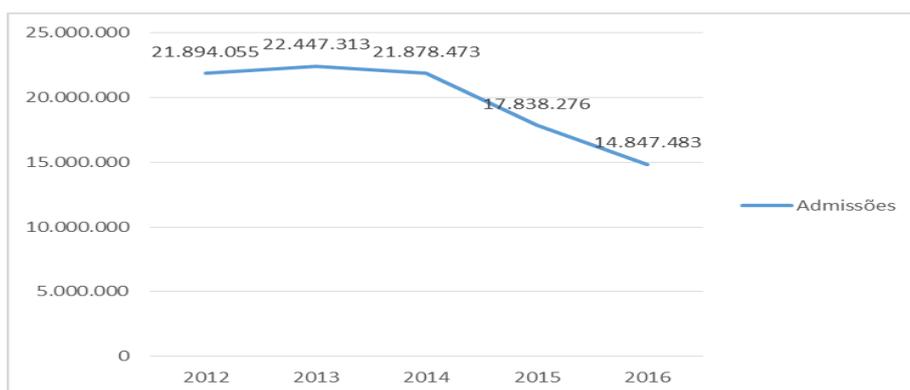
Neste sentido o tratamento dos dados objetivou confrontar as informações obtidas no site do Ministério do Trabalho no intuito de se comparar o nível de desemprego com as solicitações de seguro desemprego realizadas durante a crise econômica e política vivida pelo Brasil a partir de ano de 2015.

4 ANÁLISE DE DADOS

O nosso país passou, ao longo de sua história, por crises que causaram recessão na economia e conseqüentemente provocaram queda nos empregos e na renda da população. Dentre esses momentos vividos o ano de 2015 representa um marco, em que uma dessas crises abalou as estruturas econômicas não apenas do Brasil, mas dos outros países do globo terrestre. Conforme Pochmann (2015) houve uma grande diferença entre a mão-de-obra ofertada e demandada e tal fato provocou saldos negativos de empregos, em que se há mais demissões do que contratações.

Para se obter um grau de comparabilidade mais preciso o presente estudo considerou, para critérios de análise, o período compreendido entre os anos de 2012 a 2016. O Gráfico 1 demonstra o número total de admissões registradas no Brasil no período analisado:

GRÁFICO 1 – Total de admissões

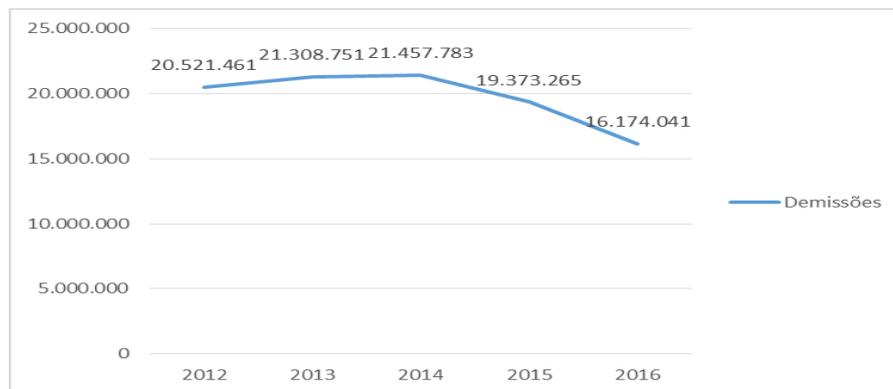


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE (2018)

Com base no gráfico 1, fica evidente a queda no número de admissões justamente no ano 2015 o que demonstra uma relação com a crise mundial que se despontou. Verifica-se também que o ano de 2016 também apresentou uma redução no número de postos de trabalho, também como consequência da recessão.

O Gráfico 2 nos traz o número total de demissões ocorridas no período em análise, e serve como instrumento de comparação com as admissões para chegarmos ao saldo de empregos, que pode ser entendido como a diferença entre as admissões e demissões.

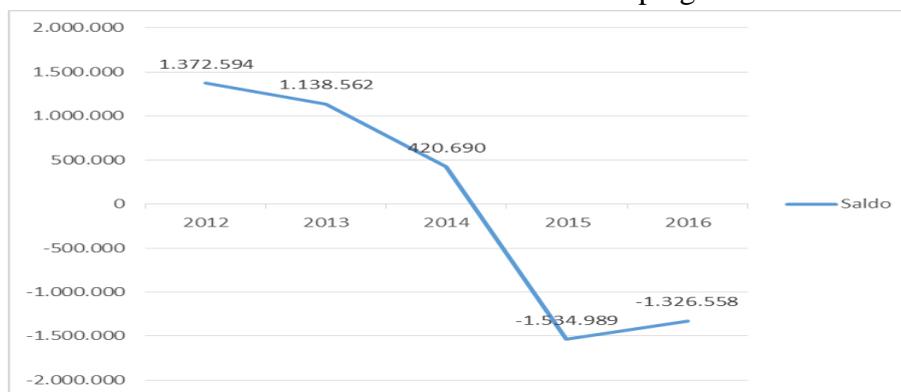
GRÁFICO 2: Total de demissões



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE (2018)

Neste sentido, o Gráfico 2 demonstra também uma tendência de diminuição no número de demissões, o que em uma primeira análise, pode ser considerada uma situação favorável, porém ao relacionarmos as demissões com as admissões verifica-se que a partir da crise de 2015 a queda nas admissões foi superior a queda nas demissões o que causou, conseqüentemente um saldo de empregos negativo conforme demonstra o Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – Saldo Total de Empregos



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE (2018)

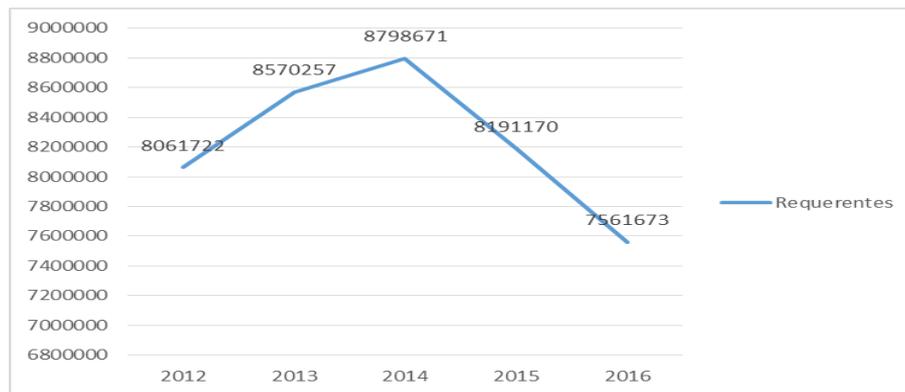
O Gráfico 3 comprova a fala de Pochmann (2015), ao afirmar que a crise de 2015 provocou uma grande diferença entre oferta e demanda de mão-de-obra. Neste contexto o Gráfico 3 representa com fidedignidade o exposto pelo referido autor, ao visualizarmos que ao longo dos anos de 2012 a 2014, apesar de ocorrer uma queda no saldo de emprego, tal saldo se mantinha positivo e, justamente, a partir do ano de 2015, a diferença entre admitidos e demitidos passa a ser negativa demonstrando o excesso de trabalhadores sem emprego formal em nosso país.

Ao caminharmos para análise do seguro desemprego, o Gráfico 4 demonstra o número de requerentes do benefício. Como o intuito do presente estudo é a verificação da relação entre

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

desemprego e número de solicitações de seguro desemprego, não foi dada atenção aos valores pagos do referido benefício, mas sim ao número total de beneficiados.

GRÁFICO 4: Total de Requerimentos de Seguro Desemprego



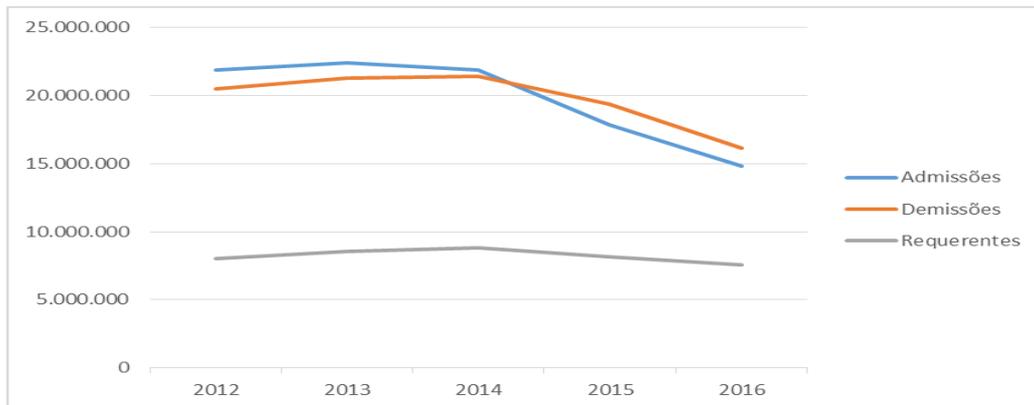
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE (2018)

Diante dos dados do Gráfico 4, percebe-se que entre o período de 2012 a 2014 ocorre um aumento nos número de solicitações do seguro desemprego. Porém nos anos de 2015 e 2016 observa-se uma queda no número de requerimentos. Neste sentido, verifica-se um comportamento anormal, ou que pelo menos, foge à lógica sob a ótica da política do seguro desemprego, pois conforme diz MTE (2018) o benefício tem como principal objetivo prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente. Ou seja, como a crise de 2015 causou um aumento no número de desempregados, a tendência era que ocorresse também um aumento no número de solicitações de seguro desemprego, o que não ocorreu efetivamente.

O Gráfico 5 apresenta o comparativo entre as admissões, demissões e requerimentos para seguro desemprego. Percebe-se claramente por meio do gráfico o comportamento do emprego em nosso país ao longo do período analisado com destaque para o ano de 2015 em que a linha das demissões fica abaixo da linha das admissões demonstrando maior nível de desemprego. Por sua vez a linha de requerimentos do seguro desemprego demonstra uma acréscimo de solicitações até o ano de 2014 e posteriormente um decréscimo, o que demonstra a redução no número de trabalhadores que solicitaram o benefício.

GRÁFICO 5 – Quadro comparativo entre admissões, demissões e requerimentos de seguro desemprego

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE (2018)

Por fim, pode-se depreender que, efetivamente, a crise de 2015 provocou desemprego em nosso país, mas os requerimentos de seguro desemprego não aumentaram devido a crise. Neste sentido cabe salientar que mesmo com o resultado verificado o seguro desemprego ainda é uma das principais políticas de emprego e renda vigentes em nosso país e deve ser constantemente revisada para que possa cumprir seus objetivos e, conseqüentemente, contribuir para que as políticas públicas alcancem sua principal finalidade de minimizar ou até mesmo resolver os problemas das mais diversas áreas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema de pesquisa e o objetivo principal deste trabalho que foi verificar se a redução de empregos formais, provocada pela crise política e econômica vivenciada no Brasil a partir de 2015, causou impactos no número de requerimentos para o seguro desemprego. Pode-se concluir com a análise, que apesar de aumentar o número de desempregados em nosso país, devido à crise econômica e política, vivenciada a partir de 2015, o número de requerimentos para o seguro desemprego não sofreu aumento, pelo contrário, houve uma redução no número de solicitações do benefício a partir do ano de 2015.

O estudo desenvolvido foi de fundamental importância, pois permitiu identificar o comportamento da política pública de emprego e renda, mais especificamente, o seguro desemprego, em um período em que a referida política, tem papel fundamental de suprir, mesmo que temporariamente, as necessidades básicas e secundárias dos trabalhadores e suas respectivas famílias.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

Enfim, é importante dizer que a presente pesquisa empregou esforços no sentido de apurar a relação existente entre número de desempregados e requerimentos para o seguro desemprego, porém sem se debruçar sobre outros aspectos que envolvem as políticas de emprego e renda. Tendo em vista que outros elementos podem causar a redução nos requerimentos para seguro desemprego como por exemplo, a rápida reinserção no mercado de trabalho, o não enquadramento do trabalhador nos requisitos para solicitar o benefício, os trabalhadores informais, dentre outros.

Por isso, propõe-se que estudos futuros abordem questões relacionadas às políticas de emprego e renda como por exemplo, perfil dos trabalhadores informais, causas específicas do desemprego bem como abrangência das políticas públicas de emprego e renda, no intuito que as informações geradas por meio de novas pesquisas possam fomentar novas ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro v. 41, n. esp. 2007.

BRASIL, **Lei 13.134 de 16 de junho de 2015**. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm> Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>> Arquivo consultado em: 02 fev. 2018.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados do Seguro Desemprego**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-seguro-desemprego/seguro-desemprego-trabalhador-formal>> Arquivo consultado em: 02 fev. 2018.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro Desemprego**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguro-desemprego>> Acesso em: 02 fev. 2018.

CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: **BIB**, São Paulo, no.61, p. 25-22, 2006.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS, Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, mar. 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.3, p.20-29, 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2. ed., São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOURÃO, A. N. M.; ALMEIDA, M. E.; AMARAL, E. F. L. Seguro-desemprego e formalidade no mercado de trabalho brasileiro. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 251-270, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, R. V. Desenvolvimento das políticas públicas de emprego e renda no Brasil e os dilemas da participação e controle sociais. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, PB, v. 2, n. 1, mar/set 2009, p. 44-73.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Revista de Estudo Avançados**, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015.

RAMOS, C. A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira**. Brasília, 2003 (Texto para discussão n. 277).

SANTOS, K. P. Políticas de emprego e renda do Amapá: avanços e perspectivas. **Revista de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, AM, n. 3, 2010, p. 159-173.

SOUZA, C. Políticas Públicas uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no.16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, A. R. Políticas Públicas, Políticas de Formação Profissional e de Emprego e Renda no Brasil: Uma agenda pública de debates. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, MT, ano 4, n. 7, 2002.

SILVA, Fábio Bruno da. MARTINS , Caroline Miriã Fontes. REZENDE, Vânia Aparecida. **A recessão econômica de 2015 e seus impactos nos requerimentos de seguro desemprego no Brasil.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.1, p. 45-67, TRI I 2019. ISSN 1980-7031

TEIXEIRA, G. S.; BALBINOTTO NETO, G.; SAMPAIO, L. M.; MONTE, P. A. O Programa de seguro-desemprego no Brasil: o perfil de seus beneficiários e suas chances de reinserção no mercado de trabalho formal. **Revista Sinergia**, Rio Grande, v. 16, n. 2, p. 29-40, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.